



ATA N.º 251/2018

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2018

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu em sessão ordinária, previamente convocada, a Assembleia Municipal de Oliveira de Frades, no salão nobre dos Paços do Município, sob a presidência de Luís Manuel Martins Vasconcelos, tendo como primeira secretária, Sónia Filipa de Araújo Nogueira, e como segunda secretária, Teresa Margarida de Sousa Fernandes, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----
- A. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.** -----
- B. **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES.** -----
- C. **PERÍODO DE INTERVENÇÕES.** -----
2. **APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL.**-----
3. **ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM SISTEMA DE MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS.** -----
4. **IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS.**-----
5. **DERRAMA.** -----
6. **TMDP - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM.** -----
7. **1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL.** -----
8. **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Pela Lista "Nós Cidadãos": Mário do Carmo Pereira, Germano Jorge Martins Rodrigues, Ana Sofia Tavares Rodrigues Ramos, Flávio dos Santos Costa, Ivo Alves Farreca e Carla Sofia Duarte Viegas.-----

Pela Lista "Por Oliveira de Frades – Coligação PPD-PSD/CDS-PP": Arménio Silva Florindo, António Bernardino Tavares Lopes Nunes e Jorge Manuel Mamede Soares;-----

Pela Lista "PS - Partido Socialista": João Carlos Tavares Ferreira de Carreto Lages.-----

Os Presidentes de Junta de Freguesia de: Arcozelo das Maias – António Manuel Lopes Tavares; Pinheiro – Carlos Manuel da Silva Rosa; Ribeiradio – Hélder Miguel da Silva Costa; São João da Serra – Luís Manuel Rodrigues Dias; São Vicente de Lafões – Nuno Joaquim de Almeida Pinhão; União das Freguesias de Arca e Varzielas – Jorge Marques da Silva Bandeira; União de Freguesias de Destriz e Reigoso – Carlos Manuel Ferreira de Lima e União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães – José Manuel Valente Cerveira.-----

Nos termos do n.º 1 do art.º 47.º e do n.º 1 art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o membro da Assembleia, da Lista "Por Oliveira de Frades Coligação PPD.PSD/CDS.PP", **Serafim de Oliveira Soares, foi substituído, pelo membro António Amaral Machado**, cartão de cidadão n.º 06109850, pelo período requerido



(ausência inferior a 30 dias) – 1 dia – 28.09.2018, tendo o Presidente da Assembleia dado a respetiva posse.-----

Também se registou a presença do Presidente da Câmara, Paulo Robalo, e dos Vereadores Carlos Pereira, Clara Vieira e Abel Dias.-----

Havendo quórum, com a presença de 23 (vinte e três) membros, o Presidente da Mesa deu início à sessão, eram nove horas e dez minutos.-----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

O **presidente da Mesa** propôs a **ALTERAÇÃO DA ORDEM DO DIA**, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de modo a permitir a apreciação do seguinte assunto:-----

- Relatório do Auditor Externo sobre a informação económica, financeira e orçamental (com referência ao período de 6 meses findo em 30.06.2018) - Conhecimento;-----

a acrescentar à Ordem do Dia, tendo sido reconhecida a urgência de deliberação imediata, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor.-----

A. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.-----

O **Presidente da Mesa** colocou à discussão a **Ata n.º 250/2018 de 29.06.2018**, tendo sido aprovada, por maioria com 22 (vinte e dois) votos a favor e 1 (uma) abstenção do membro da Assembleia Jorge Soares.-----

B. CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES.-----

O **Presidente da Mesa** informou de toda a correspondência recebida entre 29 de junho e 27 de setembro de 2018, designadamente:-----

Remetente	Assunto
PJ Pinheiro, Carlos Rosa	Justificação à falta na sessão da AM de 29.06.2018
Jorge Soares	Justificação à falta na sessão da AM de 29.06.2018
Teresa Fernandes	Acompanhamento das obras das praias fluviais de Sejães e da Carriça (dirigida ao Presidente da Comissão de Acompanhamento da Reposição das Praias)
João Carlos Lages	Acompanhamento das obras das praias fluviais de Sejães e da Carriça (dirigida à Eng.º Teresa Fernandes)
Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais	Moção "Portugal 2020 e a sua reprogramação" (acusar a receção do ofício enviado pela AM)
Projeto FINHABIT (Raquel Ribeiro)	Inquérito sobre a habitação em Portugal
CMS – Conselho Municipal de Segurança	Convocatória CMS – 12.07.2018
Gabinete de Comunicação CMOF	Atividades para o fim de semana e cartaz das Festas
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Adesão à ANAM (pedido de informação sobre a adesão à Associação)
Câmara Municipal de OF	Envio da ata da reunião de 27-06-2018
Grupo Parlamentar PCP	Intervenção do deputado Bruno Dias sobre o regime jurídico da atividade de transporte individual de passageiro em veículos descaraterizados a partir de plataforma eletrónica"
Assembleia Municipal de Santa Comba Dão	Voto de protesto aprovado na sessão ordinária da AM de 23.06.2018 relativo sobre os Incêndios 2017



AM 28-09-2018

Grupo Parlamentar "Os Verdes"	Projeto de Resolução – Medidas para promover a qualidade das refeições escolares
Grupo Parlamentar "Os Verdes"	Projetos de Lei agendados para discussão em plenário no dia 18 de julho - oferta alternativa de bebida vegetal, no âmbito do programa de leite escolar - estabelece a promoção de fruta e outros produtos alimentares saudáveis nos bufetes bares escolares - desincentiva a venda de alimentos com excesso de açúcar, gordura e sal nas máquinas de venda automática em escolas - garante a disponibilização de bebidas vegetais no serviço de bufete escolar através de alteração ao DL n.º 55/2009, de 2 de março
Voz das Misericórdias	Edição de junho de 2018
STAL	Edição de junho de 2018
Jornal do Centro	Convite – Conferência Migrações – uma visão para o futuro – 20.07
Grupo Parlamentar "Os Verdes"	Resposta do Ministério do Ambiente à pergunta efetuada relativa a "Efluentes da Freguesia de Sátão lançados para o domínio hídrico sem tratamento"
Grupo Parlamentar "Os Verdes"	Resposta do Ministério da Saúde à pergunta efetuada pelo Grupo Parlamentar "Os Verdes" sobre a falta de profissionais de saúde no Centro Hospitalar Tondela – Viseu
Grupo Parlamentar "Os Verdes"	Projeto de Lei – determina a não repercussão sobre os utentes das taxas municipais de direitos de passagem e de ocupação de subsolo
Grupo Parlamentar "Os Verdes"	Projeto de resolução – pela necessidade de recuperar a profissão de guarda-rios, na preservação e fiscalização dos recursos hídricos
Câmara Municipal de OF	Envio da ata da reunião de 11-07-2018
Câmara Municipal de OF	Envio da ata da reunião de 25-07-2018
Grupo Parlamentar "Os Verdes"	Resposta do Ministério da Educação à pergunta efetuada pelo Grupo Parlamentar "Os Verdes", sobre a falta de aquecimento na Escola Básica e Secundária OF
Posto Turismo das Termas de SPS	Festival da Água
Câmara Municipal de OF	Envio da ata da reunião de 08-08-2018
Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais	Lei-quadro da Descentralização, Lei n.º 50/2018, art.º 4, n.º 2
Grupo Parlamentar "Os Verdes"	Resposta do Ministério do Ambiente à pergunta efetuada pelo Grupo Parlamentar "Os Verdes" sobre a POSEUR – candidaturas a investimento em infraestruturas de saneamento de águas residuais com vista à resolução de situações de tratamento inadequado
Ministério da Administração Interna	Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais
Gabinete de comunicação CMOF	O pequeno grande polegar / Tons
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Posição da ANAM sobre descentralização e Tribunal de Contas
Grupo Parlamentar "Os Verdes"	Necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na Escola Pública
Palm, Cambão & Associado SROC	Relatório do Auditor Externo sobre a informação económica, financeira e orçamental (com referência ao período de 6 meses findo em 30.06.2018)



CMOF	Convite para a apresentação do livro Conversos – 21 de setembro na Biblioteca Municipal de OF
Câmara Municipal de OF	Envio da ata da reunião de 22-08-2018
Serafim Oliveira Soares	Pedido de substituição (28.09.2018)
José Martinho	Pedido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Câmara Municipal de OF	Envio da ata da reunião de 14-09-2018

Referiu que a pasta onde a mesma se encontra arquivada está à disposição dos membros que a quisessem consultar. -----

A Primeira Secretária, Sónia Nogueira, procedeu à leitura do e-mail recebido do Senhor José Manuel Martinho Fernandes, residente em Sejães, com o assunto: "Pedido ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal".-----

De seguida, o **Presidente da Mesa** deu a palavra aos membros da Assembleia que integram Comissões, em representação da Assembleia Municipal, para que estes informassem, sumariamente, das reuniões em que participaram e dos assuntos abordados.-----

Usou da palavra o **Presidente de Junta de Freguesia de Pinheiro, Carlos Rosa**, que participou na reunião do CMS – Conselho Municipal de Segurança, realizado a 12 de julho de 2018. Informou dos temas apresentados no período de antes da ordem do dia, designadamente, a falta de sinalização vertical e horizontal no Concelho; a rotunda "furada" de Paredes de Gravo; a necessidade de substituir a sinalização ardida na Freguesia de Pinheiro, bem como, de melhorar a sinalização junto à rotunda, em frente à Igreja, na Avenida Dr. Arménio Maia. Foi efetuada a análise dos dados de Segurança na área do Município, tendo sido apresentados os dados relativos à criminalidade e delitos comuns na área do Concelho de Oliveira de Frades, referentes ao 2.º trimestre de 2018. Informou do número de crimes verificados: contra as pessoas, contra o património e contra a vida em sociedade. Indicou o número de crimes, de acidentes, de capturas e de incêndios. Foi ainda efectuada a comparação dos dados deste trimestre com o período homólogo, bem como, com o trimestre anterior. Do mencionado, destacou-se o número total de crimes – 40 (quarenta) e a existência de 38 (trinta e oito) acidentes, dos quais resultou uma vítima mortal (com trator – segundo caso verificado este ano). Foi, ainda, manifestada a preocupação com o aumento de acidentes rodoviários, com incidentes na via pública envolvendo canídeos e com a necessidade de se proceder à limpeza dos caminhos florestais. -----

C. PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----

O **Presidente da Mesa** deu por aberto o Período de Intervenções, tendo-se verificado as seguintes inscrições: -----

O **Membro da Assembleia Mário Pereira** que considerou que um munícipe tem o direito de escrever e de intervir na Assembleia Municipal, no período que lhe é destinado, mas não lhe parecia correto que o Presidente da Mesa leia um documento de um munícipe que diz que não tem tempo para vir à sessão deste Órgão Deliberativo. Pelo facto, deixou o seu protesto, pois disse tratar-se de um desrespeito e desconsideração pela Assembleia Municipal, pela política e por todos. Caso, contrário, "terá que ler toda a correspondência recebida".-----



O **Presidente da Mesa** mencionou que toda a correspondência dirigida à Assembleia Municipal é analisada pela Mesa, decidindo esta o procedimento adotado. Se os membros da Assembleia considerarem que todos os documentos que chegam à Assembleia Municipal devem ser lidos, poderá fazê-lo, no período da sessão. -----

De seguida, o **Membro da Assembleia Mário Pereira** fez a seguinte intervenção:-----

“Partindo de uma situação particular, gostaria de trazer à discussão da Assembleia e deste modo ao conhecimento da Câmara Municipal o que considero ser uma disfunção das políticas de urbanismo seguidas no nosso município ao longo dos anos. -----

Embora possa estar a dizer algo fora do que é o pensamento dominante, não tenho dúvidas que as políticas de urbanismo foram um dos fatores potenciadores do desastre de 15 de outubro, pois não conseguiram organizar o povoamento e contribuíram para que as habitações se tenham misturado com as florestas. -----

Um dos instrumentos básicos do planeamento urbano têm sido os loteamentos urbanos e isso faz todo o sentido. -----

Na prática acontece que os promotores que arriscam a fazer loteamentos e depois, por arrasto, quem compra um lote para construir uma habitação, assume custos e fica sujeito a obrigações que não se aplicam a quem constrói em terrenos não sujeitos a loteamento urbano. -----

Este não é um problema exclusivo de Oliveira de Frades, e para dar uma visão mais genérica do problema, posso referir um loteamento em Caveirós, onde todos passamos a caminho de Viseu, que existe há uma dúzia de anos. -----

Naquela área, desde que o loteamento existe, já foram construídas várias habitações, mas nenhuma dentro do loteamento. -----

Na vila de Oliveira de Frades, existem loteamentos executados a expensas dos proprietários, alguns há 20 anos onde não foi construída nenhuma casa. -----

Eu vivo num loteamento urbano, em Pinheiro de Lafões, e a minha garagem e anexos de apoio foram destruídos pelo fogo e apresentei um projeto para a reconstrução.

Quando quis fazer a casa o dinheiro só dava para um lote, mas passados alguns anos surgiu a possibilidade de comprar o lote contíguo. -----

Agora tenho um trinta e um, porque não posso reconstruir o anexo no segundo lote, porque dizem que só poderia construir uma garagem um anexo de apoio à habitação se tiver uma habitação nesse lote. -----

Posso falar agora porque a CCDR indeferiu o meu pedido e decidi não decorrer da decisão. -----

Uma sugestão que me fizeram – nos serviços municipais – foi a de alterar as áreas ou unir os lotes. -----

Quando perguntei como é que isso se fazia e quanto é que poderia custar, a resposta foi que isso era o mesmo que fazer uma alteração geral ao loteamento, envolvendo projetos, publicações oficiais, consentimento dos vizinhos, etc... -----

O que está em causa e importa para análise política é que se os meus dois terrenos não fizessem parte de um loteamento, e fosse preciso alterar as áreas isso seria um processo simples. -----

Acontece que quando compramos lotes urbanos pagamos também o custo das infraestruturas. -----

O custo acrescido dos terrenos urbanizados, mais as complicações burocráticas subsequentes, são um enorme incentivo para que ninguém construa habitações unifamiliares nesse tipo de terrenos. -----



AM 28-09-2018

Acresce a isso que as Câmaras Municipais ao longo dos anos têm favorecido a construção em terrenos afastados dos centros urbanos, nomeadamente nas aldeias, muitas vezes em terrenos envoltos pela floresta.-----

O primeiro incentivo é o preço do terreno, mas a seguir tem havido todo um conjunto de atuações que estimulam essa dispersão:-----

- Se não houver estrada, nem água nem eletricidade, faz-se barulho ou movem-se as influências certas e as Câmaras cedem e fazem.-----

- Um promotor resolve urbanizar um terreno e tem custos enormes, mas pode acontecer que nos terrenos próximos, passado algum tempo a Câmara decida abrir um arruamento, com as devidas infraestruturas e isso faça com que o investimento do loteamento seja destruído.-----

Disto tudo resulta que hoje as nossas aldeias são locais inóspitos em que as pessoas idosas vivem situações de grande isolamento e com dificuldade de acesso aos serviços básicos, por exemplo comprar fósforos.-----

Um tratamento diferenciado e mais gravoso para os loteamentos urbanos além dos problemas urbanísticos, que depois se refletem na qualidade de vida das pessoas geram situações de injustiça e desigualdade entre cidadãos.-----

Estas injustiças e desigualdades têm de ser corrigidas e para o fazer as Câmaras poderão apoiar a construção dos loteamentos ou agravar os custos das licenças de construção fora dos loteamentos imputando o custo da estrada, da água e do esgoto a quem pretende construir fora das zonas urbanas.-----

O problema hoje, no nosso concelho, não é o combate à especulação imobiliária, mas sim criar condições para que a habitação se torne mais organizada e mais económica e ao mesmo tempo criar equidade entre os proprietários dos vários terrenos. ---

Um problema de aplicação das várias leis que vai ser interessante seguir é a norma de que as habitações têm de estar afastadas da floresta 50 metros.-----

A questão é de quem é o encargo de assegurar essa distância.-----

É de quem quer construir ou dos donos dos terrenos situados a menos de 50 metros da habitação?-----

Não faz sentido que em meu benefício eu possa impor um ónus sobre a propriedade do meu vizinho, pelo menos sem o indemnizar.-----

Isto significa que quem quiser construir em áreas próximas da floresta terá de assegurar direitos de posse sobre os terrenos necessários para a faixa de segurança.-----

Deixo estas questões para que quem de direito as equacione e sendo o caso as traga à Assembleia Municipal.-----

Como o futuro não se constrói com lamentações venho propor à Assembleia a aprovação de uma moção de reconhecimento pelo esforço realizado pela nossa comunidade na reconstrução do nosso concelho".-----

Posteriormente, apresentou a seguinte Moção, em nome do Partido "Nós Cidadãos", a qual solicitou que fosse imediatamente discutida e votada, tendo a mesma sido colocada a votação e aprovada, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor:-----

Moção-----

Considerando que se completa um ano sobre o grande desastre que foi o incêndio ocorrido em 15 de outubro e que é com orgulho que podemos mostrar aos forasteiros o trabalho de reconstrução realizado pela nossa comunidade.-----

A Assembleia Municipal de Oliveira de Frades aprova esta moção de reconhecimento e agradecimento a todos os oliveirenses e àqueles que não sendo daqui naturais escolheram este Município para viver ou para instalar os seus investimentos, pelo



AM 28-09-2018

esforço coletivo posto na reconstrução do património destruído pelo incêndio de 15 de outubro de 2017. Neste reconhecimento incluímos os industriais, os avicultores, os pequenos agricultores, os proprietários florestais e todos os que viram as suas habitações parcial ou totalmente destruídas.-----

Continuando a sua intervenção, o membro da Assembleia **Mário Pereira** mencionou:-----

"Integrando a ordem de Trabalhos um ponto sobre os transportes públicos, o "Nós Cidadãos" além do que poderá dizer nesse ponto gostaria de deixar registada a nossa preocupação pelo facto de estar a ser congelada uma redução dos passes sociais para as áreas de Lisboa e Porto deixando de fora o resto país. -----

Apelamos aos colegas do PSD, do CDS e do PS que lembrem aos seus deputados do distrito das suas responsabilidades e que façam o que tiverem de fazer para que esta ofensa às regiões mais pobres não se concretize.-----

Por falar em dificuldades de mobilidade pensamos ser importante trazer aqui duas situações:-----

Temos de reconhecer a importância e o valor dos contributos das crianças e jovens que nas Férias Desportivas no âmbito do projeto "Oliveira uma terra para todos" fizeram um levantamento dos obstáculos que se colocam às pessoas com dificuldades de mobilidade apresentando sugestões para cada problema identificado. -----

Sugiro aos serviços que enviem a todos os vereadores e membros da Assembleia Municipal o dito relatório.-----

Outra é um pedido de uma pessoa de nome Rosa Rodrigues que se desloca em cadeira de rodas elétrica e que por isso não consegue aqui chegar para expor os seus problemas e que sabendo que tinha uma reunião da Assembleia me pediu para falar de 3 situações que a incomodam. -----

Ela mora em Santiaguinho e disse que próximo da casa dela há lixo acumulado que é perigoso se vier um fogo.-----

A outra tem que ver com a promessa que o Presidente da Junta de São Vicente de Lafões lhe fez de mandar fazer uma rampa para facilitar o acesso à sua casa. -----

Propus-me servir de porta-voz da Rosa com a esperança que uma vez feitas as obras neste edifício ela possa vir aqui a este salão dizer o que entende dever dizer.-----

Espero que esta situação esteja prevista e acautelada, mas se não estiver, a exemplo do que aconteceu noutros edifícios públicos, que o seja em tempo útil.-----

Em nome do "Nós Cidadãos" e a terminar esta intervenção que já vai longa, gostaria de dirigir duas perguntas:-----

A primeira ao Senhor Presidente da Câmara sobre a situação das obras do Parque Urbano e das praias fluviais da Carriça e de Sejães, a que poderá responder se isso for adequado quando nos falar da atividade municipal. -----

A segunda questão é dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e é a seguinte:-----

O Notícias de Vouzela na sua edição de 2 de agosto de 2018 publicou uma notícia sobre a atividade empresarial do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. O geral do seu conteúdo respeita a decisões do seu foro privado e por isso não nos merece qualquer consideração.-----

Há no entanto uma afirmação que é relevante do ponto de vista político e que passo a citar:-----

"Luís Vasconcelos decidiu não voltar a abrir a carpintaria que geria em conjunto com a sua irmã ...";-----

Este ponto é relevante, porque:-----



1 – À data do incêndio o Professor Luís Vasconcelos era Presidente da Câmara. -----
2 – Da passagem acima citada e do resto da notícia é claro que ele assume que naquela data geria em conjunto com a sua irmã a carpintaria de que eram proprietários. -----
3 – Do que sabemos ele exerceu as funções de Presidente da Câmara em exclusividade. ---
Solicito por isso que se digne esclarecer a Assembleia sobre se esta passagem da notícia corresponde à verdade dos factos ou se é um erro do jornal".-----

O **Membro da Assembleia Jorge Soares** mencionou que o PSD gostaria que o Presidente da Câmara informasse se existiu resposta da CCDRC à carta remetida em abril de 2018, relativamente à questão dos incêndios e ao facto do Município de Oliveira de Frades estar posicionado na "última carruagem" no apoio à construção de habitação própria ou permanente. Questionou para quando estava prevista a conclusão da reconstrução da totalidade das habitações afetadas no Concelho pelos incêndios e qual o montante da ajuda monetária, até ao momento, do poder central para o Município de Oliveira de Frades. -----

No que concerne às praias fluviais questionou o ponto de situação e se houve alguma alteração ao projeto para construção de um bar na Zona de Fruição da Carriça e se a população foi auscultada sobre o assunto.-----

Constatou a falta de limpeza das bermas na EN16, questionando as diligências efetuadas pelo Município para fazer cumprir a lei. -----

Questionou se o Concelho iria ficar todo coberto com fibra ótica.-----

Referiu que, pelo mencionado na reunião do Órgão Executivo, depreende-se que este "está a tencionar organizar a comemoração o Dia do Município. Estranhámos que desse assunto não seja um ponto de discussão da Assembleia Municipal, como era usual no passado. Se é verdade que pretende organizar o dia do Município sem conhecimento, até esta data, da Assembleia Municipal, quais os moldes, em que dinâmicas, o que pretende fazer, qual a metodologia para a escolha dos homenageados, se vamos estar envolvidos e que papel espera da Assembleia Municipal sobre este processo. Este tema merece-nos a nossa preocupação, trata-se de uma matéria nobre onde a gratidão e a memória se entrelaçam e que, na nossa opinião, deve ser tratado com o maior consenso e envolvimento dos mais variados quadrantes políticos e de todos os Órgãos legitimamente eleitos. Não querer fazê-lo, e isto a ser verdade que decidiu sozinho, é prejudicar a democracia, prestar um péssimo serviço aos valores fundamentais na escuta, envolvimento e respeito pelos órgãos legitimamente eleitos". -----

Por último, referiu-se às movimentações na rotunda da Avenida Dr. Arménio Maia, questionando se aí iria ser construído um monumento alusivo aos trágicos incêndios de outubro de 2017, que monumento e como foi escolhido, lembrando que no passado havia uma Comissão para analisar e decidir os monumentos a erigir em cada rotunda. -----

O **Membro da Assembleia João Lages** manifestou surpresa pelo facto de o Presidente da Mesa ter dado "cobro a um ataque de matriz política subtil e sibilino transvertido de carta à Assembleia Municipal de um munícipe de que não lhe dá jeito de vir a esta casa, subtraindo-se assim ao contraditório". Sobre este assunto, concordou com a opinião do membro da Assembleia Mário Pereira. Constatou que não foi dado conhecimento do texto da correspondência trocada entre si e um membro da Assembleia Municipal, referindo a pertinência do assunto. -----

No que concerne às Zonas de Fruição, referiu que, ainda não lhe tinha sido facultada toda a correspondência existente entre a Câmara Municipal e a EDP.



AM 28-09-2018

Realçou a importância dessa informação para a continuidade e trabalho da Comissão criada. -----

Questionou se o Município pretende substituir a iluminação pública por iluminação led e para quando. -----

A **Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Teresa Fernandes** referiu que tinha enviado um e-mail ao membro da Assembleia João Lages e, simultaneamente, Presidente da Comissão para acompanhamento das obras das praias fluviais de Sejães e de São João da Serra sobre as telas. Apesar deste lhe ter respondido que não havia necessidade de pedir as fichas técnicas da tela colocada e da cola, considerou importante o esclarecimento do assunto, bem como, solicitou que lhe fosse entregue os registos das manutenções dos equipamentos já instalados. -----

O **Presidente da Mesa** disse que a carpintaria era herança do seu falecido pai. A sua irmã e ele próprio eram os proprietários, sendo sócio da mesma. Constatou que vários membros da Assembleia são funcionários públicos, no entanto, dos presentes, nenhum criou um posto de trabalho ao longo da vida. *"Como funcionário público criei muitos postos de trabalho"*. -----

O **Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas. No que se refere ao e-mail, informou da sua total disponibilidade em receber todos os munícipes, independentemente da forma que o façam. Desta forma, poder-se-ia ter antecipado um menos bom funcionamento de algo. -----

Informou da intenção de dar início à revisão do PDM e ao Plano Pormenor da Zona Industrial. -----

Corroborou da moção apresentada pelo Grupo Parlamentar Nós Cidadãos. --

Mencionou que o ofício foi enviado à CCDRC pela Assembleia Municipal e que a resposta será dada e esse Órgão Deliberativo e não ao Executivo. Destacou o papel da Presidente da CCDRC na agilização dos processos; informou dos valores aprovados e dos já entregues, mencionando que tais dados estão disponíveis para eventual consulta na página eletrónica da CCDRC. -----

No que se refere à falta de limpeza das bermas na EN 16, informou das dificuldades sentidas pela empresa responsável pela execução do serviço. -----

Relativamente à fibra ótica, informou que aquando da tomada de posse esta era quase nula no Concelho; o Executivo insistiu junto da empresa responsável para a necessidade de substituir os cabos ardidos (devido ao incêndio de outubro de 2017) por fibra ótica; informou das diligências efetuadas no sentido de estender este serviço a todas as Freguesias do Concelho, no entanto, esta é uma decisão das empresas operadoras e tomadas por estas com fundamentação económica.

Referiu a pertinência da comemoração anual do Dia do Município; informou de todas as diligências feitas, assumindo o rosto da forma como será apresentada a Comemoração do Dia do Município, não tendo sido a decisão apenas sua. Disse que não se tratava de um processo concluído. Foi efetuado um levantamento de todas as reuniões havidas das anteriores Comissões, tendo pena que nem todas as comemorações tenham fundamentação escrita. Acrescentou que *"os munícipes têm atividades 52 semanas no ano e não apenas no dia 7 de outubro"*. Disse que



AM 28-09-2018

se tratava da primeira organização, pelo que, logicamente poderão existir falhas, mas o Executivo terá a humildade de as reconhecer e retificar em futuras edições.

No que se refere à rotunda, informou da intenção de assinalar o dia em que ocorreu a maior catástrofe no nosso Concelho; foi solicitado a um grupo de cidadãos da comunidade que se pronunciassem sobre a obra e nada obstaram. --

Relativamente à última intervenção, referiu que iria solicitar os dados pedidos juntos dos serviços técnicos. -----

Mencionou que, na primeira reunião da Comissão de Acompanhamento das Obras já tinham sido entregues fotocópias da documentação existente, no entanto, informou que iria confirmar se faltava algum documento.-----

De seguida, passou a palavra ao Vereador Carlos Pereira, para que este respondesse sobre os assuntos relativos às obras e à iluminação pública, uma vez que são processos que este tem acompanhado. Destacou e agradeceu a forma concisa e científica com que este se tem dedicado ao estudo dos respetivos dossiers. -----

O **Vereador Carlos Pereira** começou por referir-se à iluminação pública, fazendo um breve historial do processo. Assim, referiu que a *“concessão de iluminação pública termina em 2021, provavelmente por determinação governamental, vai ser antecedida até 31 de dezembro de 2019, é uma questão de aferir todos os municípios para o mesmo concurso internacional”*. Na semana seguinte a CIMVDL iria discutir a passagem da baixa tensão para os Municípios. Verificou-se uma evolução ao longo dos anos, em termos de iluminação pública, em que a empresa “EDP” não teve a capacidade de a acompanhar, estando, assim o Município em infração, de acordo com as normas europeias. Há Municípios que já se adiantaram e iniciaram essa mudança para iluminação led. *“O Município Oliveira de Frades tem um estudo muito avançado que permite por locação operacional (porque não implica endividamento público) fazer toda a implantação no Município de iluminaria led, com substituição e manutenção a médio e longo prazo. É um modelo que já está a vigorar em alguns municípios, designadamente em Aljustrel”*. -----

No que concerne às zonas de fruição de Sejães e da Carriça, informou que os projetos estão concluídos, sendo que, no primeiro caso, a requalificação da antiga Escola Primária já se encontrava em execução. Relativamente à Carriça, o projeto encontrava-se em plataforma para concurso. -----

Mais informou que o valor global das obras na Zona de Fruição de Sejães ascendia a 654.000,00€ e na Zona de Fruição da Carriça, com os dados atuais que ainda poderiam ser corrigidos ascendia a 838.000,00€. Juntando os 800.000,00€ já despendidos, o valor global das duas obras é de 2.392.000,00€, excedendo em 400.000,00€, o valor contratualizado com a empresa “EDP” (1.900.000,00€). Referiu ainda, que existe do mandato anterior, um projeto para a construção de um Bar de Apoio na Zona de Fruição da Carriça, que ronda os 265.000,00€. Na sua opinião, considera o valor elevado e desfasado da realidade tendo apelado em reunião de Câmara a uma reflexão sobre os custos deste projeto e estando em estudo uma situação mais económica, uma vez que se está a exceder o valor participado. -----



Por último, referiu que se o Presidente da Mesa autorizasse seriam projetados dois vídeos técnicos sobre este tema. -----

O Presidente da Mesa referiu que, todos os pontos solicitados pelo Presidente da Câmara têm sido introduzidos, pelo sugeriu que "o traga numa próxima Assembleia Municipal". -----

O **membro da Assembleia Mário Pereira** considerou que, dada a intervenção sobre o assunto tinha toda a lógica a apresentação destes vídeos neste momento.

De seguida, usou da palavra o **Senhor Vereador Abel Dias** para defesa da honra, pois "a honra de uma Comissão de que eu era Presidente foi afetada. O Presidente da Câmara, aquando da resposta a uma questão aqui colocada sobre a Comemoração do Dia Município, exibiu algumas atas; tentou justificar que não havia atas e poderiam não ter existido reuniões. (...) Essas reuniões existiram e as decisões foram tomadas. Se não existe atas, lamento". -----

O **Presidente da Mesa** confirmou que existiram reuniões e Comissões. Se este Executivo acha que não devem existir Comissões tem todo o direito de o pensar. ---

O **Presidente da Câmara** convidou todos para a Comemoração do Dia do Município. Referiu que nunca tinha colocado em dúvida a realização das ditas reuniões, mas para registo futuro de próximos Executivos, teria lógica a fundamentação escrita sobre essas decisões, dando o exemplo das rotundas, que se encontra registo sobre quatro embelezamentos e há várias rotundas. -----

Questionado pelo **Presidente da Mesa** se todos os membros da Assembleia iriam receber convite para a cerimónia de Comemoração do Dia do Município, o **Presidente da Câmara** respondeu afirmativamente. -----

O **membro da Assembleia Jorge Soares** considerou que, relativamente à carta enviada se deveria reenviar a mesma para esclarecimento sobre este ponto. Solicitou esclarecimentos sobre algumas questões colocadas e cujas respostas, em sua opinião, não foram claras. Assim, no que se refere à falta de limpeza das bermas na EN16, questionou se houve ou não alguma diligência da parte do Município; se a fibra ótica seria instalada em todas as Freguesias; a Comemoração do Dia do Município "não existindo essas atas, foi debatido em Assembleia Municipal os moldes e houve a participação para comemorar condignamente o Dia do Município com a participação dos partidos representados pela Assembleia Municipal". No que se refere às rotundas, disse não saber que grupo de cidadãos foi ouvido e quem representam. Lamentou uma intervenção que teve ataques a nível da vida privada, o que não deve acontecer. -----

No que concerne à fibra ótica, o **Presidente da Câmara**, reafirmou o mencionado na sua resposta, pois apesar das diligências tomadas, não se trata de uma decisão do Executivo. Cimentou o referido em relação à Comemoração do Dia do Município.-----

O **membro da Assembleia Mário Pereira** usou da palavra em defesa da honra, relendo as palavras transcritas na sua intervenção, relativamente à última questão por si colocada. -----

O **Presidente da Mesa** realçou a importância de serem cumpridos os tempos de intervenção definidos no Regimento da Assembleia Municipal. -----

2 - APRECIACÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL.-----



A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório da Atividade Municipal, o qual tinha sido entregue, atempadamente, pelo que foi dispensada a sua leitura.-----

3 - ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM SISTEMA DE MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. -----

A Câmara Municipal, na sua reunião realizada a 14.09.2018, deliberou, por unanimidade, aprovar o aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências relacionadas com Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros, bem como, submetê-lo à apreciação de Assembleia Municipal.-----

Inscreveram-se para o debate deste ponto:-----

O membro da Assembleia Jorge Soares que, questionou se o aditamento ao contrato interadministrativo contempla ou não o pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico. Referiu a confiança e o conhecimento dos pais no serviço prestado pelo Município relativamente a estes dois graus de ensino e o benefício que é "*apanhar as crianças quase à porta de casa*". Mencionou que, caso a aprovação do aditamento implique a perda deste serviço prestado pelo Município, com qualidade, para uma empresa privada, a bancada parlamentar do PSD iria votar contra.-----

O membro da Assembleia Mário Pereira fez um breve enquadramento deste aditamento ao contrato, em que a CIM é a entidade gestora dos serviços de transporte públicos. Considerou que, a situação mencionada, pelo membro da Assembleia Jorge Soares, estaria acautelada.-----

O Presidente da Mesa repetiu a questão colocada, ou seja, se o transporte dos alunos que frequentam o ensino pré-escolar e primeiro ciclo estava incluído nesta delegação de competências.-----

O Presidente da Câmara referiu que o aditamento ao contrato interadministrativo já estabelecido não abrangia a situação mencionada. Acrescentou que, cabe ao Município zelar e defender os interesses e o conforto dos munícipes.-----

O membro da Assembleia Jorge Soares considerou que, mesmo assim, o primeiro ponto deveria ser alterado.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor, aprovar o aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências relacionadas com Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros, com a alteração proposta no ponto 1, cláusula 1.ª "*... todas as suas competências excetuando o pré-escolar e o 1.º ciclo...*".-----

4 - IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS. -----

O Órgão Executivo, na sua reunião ordinária realizada a 14.09.2018, deliberou, por unanimidade, fixar a taxa de 0,3% do imposto municipal para prédios urbanos, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º da Lei n.º 287/2003, 12 de novembro, e posteriores alterações. Deliberou, ainda, nos termos do art.º 112.º A do Código do IMI, uma redução da taxa que vigora no ano a que respeita o imposto, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do



AM 28-09-2018

proprietário, nos casos dos prédios ou parte de prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente. -----

Inscreeveu-se para o debate deste ponto, o **membro da Assembleia Jorge Soares**, que elogiou a medida adotada. Disse tratar-se de uma proposta do PSD, a qual foi aprovada por unanimidade. Realçou a importância de tomar medidas de incentivo à natalidade e à fixação de pessoas no Concelho. -----

A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade com 23 (vinte e três) votos a favor, fixar a taxa de 0,3% do imposto municipal para prédios urbanos, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º da Lei n.º 287/2003, 12 de novembro, e posteriores alterações. Deliberou, ainda, nos termos do art.º 112.º A do Código do IML, uma redução da taxa que vigora no ano a que respeita o imposto, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário, nos casos dos prédios ou parte de prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente, de acordo com a seguinte tabela: -----

N.º de dependentes a cargo	Dedução fixa (€)
1	20€
2	40€
3 ou mais	70€

5 - DERRAMA. -----

A Câmara Municipal na sua reunião ordinária realizada a 14.09.2018 deliberou, por unanimidade, aplicar o lançamento da derrama à taxa de 1,5% para empresas com volume de negócios acima dos 150.000,00€ e de uma derrama reduzida de 0% para empresas com volume de negócios abaixo de 150.000,00€. Sendo assim, a proposta é que o Município mantenha as taxas aplicadas no ano transacto. -----

Não se verificando inscrições para o debate deste ponto, o **Presidente da Mesa**, colocou o ponto a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade com 23 (vinte e três) votos a favor, aplicar o lançamento da derrama à taxa de 1,5% para empresas com volume de negócios acima dos 150.000,00€ e de uma derrama reduzida de 0% para empresas com volume de negócios abaixo de 150.000,00€. -----

6 - TMDP - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM. -----

O Órgão Executivo, em reunião ordinária realizada 14.09.2018, deliberou não fixar a taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2019, à semelhança dos anos anteriores. -----

Não se verificando inscrições para o debate deste ponto, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor, não fixar a taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2019. -----

Seguiu-se uma pausa, de cerca de dez minutos, acordada por todos os presentes, tendo os trabalhos sido retomados às onze horas e vinte minutos. -----



7 - 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL. -----

A Câmara Municipal, na sua reunião ordinária realizada a 14.09.2018, deliberou, por unanimidade, aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal.-----

Inscreveram-se para o debate deste ponto os seguintes membros da Assembleia:-----

○ **membro da Assembleia Jorge Soares** solicitou esclarecimentos detalhados sobre as vagas a criar. Questionou a razão do Município não ter aderido ao programa de regularização extraordinária de vínculos laborais precários. Mais questionou quantos funcionários cessaram as suas funções e com quantos não foram renovados contratos em 2018, nomeadamente no âmbito das “AEC e POC”; e se havia a intenção de os integrar. Mais questionou se havia a intenção de entregar mais algum serviço em “outsourcing” como sucedeu com a recolha do lixo. Por último, questionou quais eram os funcionários que iriam progredir na carreira. -----

○ **membro da Assembleia João Lages** mencionou que, apesar de não ter sido acolhida a proposta sugerida pelo PS, na sessão anterior, entende que este assunto deve ser tratado com responsabilidade, coerência e rigor. Disse não interessar saber o nome dos funcionários que serão promovidos, mas sim de os colocar na categoria correspondente às funções que já exercem, ou seja, *“enquadrar a realidade, que está desfasada, e lhes conferir estabilidade e o vínculo que não tinham. Trata-se da vida das pessoas, do seu trabalho e de lhes dar segurança e estabilidade no trabalho”*. -----

A pedido do Presidente da Câmara, a **Coordenadora Técnica, Teresa Loureiro**, fez uma explicação sobre o documento apresentado. Informou que o Executivo fez o levantamento das necessidades existentes e dos serviços onde estes mais se sentem. De acordo com a legislação em vigor, o Município de Oliveira de Frades não tinha ninguém que reunisse as condições para recorrer à regularização dos precários, pois os contratos CEI não ocupam postos de trabalho e as prestações de serviço existentes (pelo período de 10/11 meses) não são considerados precários. Fez uma explicação do mapa, referindo as vagas criadas e as promoções previstas. Por último, informou que as alterações propostas foram efetuadas com as orientações do Executivo. -----

○ **Presidente da Câmara** mencionou os serviços a que se destinavam as vagas a criar, referindo tratar-se de necessidades reais, a preencher de forma a dar resposta às necessidades existentes. -----

○ **membro da Assembleia Jorge Soares** disse ter ficado esclarecido relativamente às progressões nas carreiras, faltando a clarificação sobre os assistentes técnicos. Questionou novamente se os *“funcionários – AEC e POC - que cessaram a atividade para o Município de Oliveira de Frades e não viram renovados os contratos - se tem intenção de os integrar novamente ou não. E se existem serviços que vão entregar em “outsourcing”*.-----

○ **Presidente da Câmara** reafirmou o mencionado anteriormente e acrescentou que, no caso de aprovação do Mapa de Pessoal, serão



AM 28-09-2018

atempadamente abertos procedimentos concursais para preenchimento das respetivas vagas.-----

O Grupo Parlamentar do PSD apresentou a seguinte declaração de voto: -----
"O Grupo Parlamentar do PSD, em relação ao ponto que propõe a alteração ao quadro de pessoal e pelo facto de:-----

1. O executivo não ter justificado cabalmente a necessidade das contratações a efectuar;-----

2. Não ter usado as possibilidades da Lei n.º 112/2017 de 20 de dezembro, que estabelecia o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários;-----

3. E, porque o PSD não quer ser usado como entrave à gestão do atual executivo. Entendeu este corpo parlamentar usar o direito à abstenção".-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com 10 (dez) votos a favor e 13 (treze) abstenções dos membros da Assembleia Luís Vasconcelos, Sónia Nogueira, Arménio Florindo, António Bernardino Nunes, Teresa Fernandes, Jorge Soares e António Machado e dos Presidentes de Junta de Freguesia de: Arcozelo das Maias, António Manuel Tavares, Ribeiradio, Hélder Costa, São João da Serra, Luís Dias, União de Freguesias de Arca e Varzuelas, Jorge Bandeira e União de Freguesias de Destriz e Reigoso, Carlos Lima, aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal.---

8 - RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL (COM REFERÊNCIA AO PERÍODO DE 6 MESES FINDO EM 30.06.2018) – CONHECIMENTO.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório semestral sobre a informação económica e financeira a 30 de junho de 2018, relativa ao Município de Oliveira de Frades, apresentado pelo auditor externo "Palm, Cambão & Associado, SROC, Lda.".-----

9 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

Não se verificaram intervenções.-----

Todos os pontos foram aprovados em minuta, para produção de efeitos imediatos, tendo a Minuta sido lida e aprovada, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor.-----

E, nada mais havendo a tratar, foi esta sessão encerrada, pelo Presidente da Mesa, eram doze horas.-----

Dela se lavrou a presente ata que irá ser lida, discutida, votada e assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa, _____
(Luís Manuel Martins Vasconcelos)

A Secretária, _____
(Sónia Filipa Araújo Nogueira)

A Secretária, _____
(Teresa Margarida de Sousa Fernandes)